

das ferramentas midiáticas para interagirem, bem como para conquistarem visibilidade e legitimidade. Mas a essência desse processo não está na utilização desses dispositivos, mas sim na forma como estes qualificam e dão sentido ao tipo de interação e comunicação que resulta dessas estratégias. Assim, ao adotar um site institucional uma instituição sindical necessita se preocupar não apenas com a visibilidade, com a forma técnica e estética em que está sendo vista na internet, mas principalmente no modo como irá se utilizar dessa nova ambiência para ser reconhecida, para promover a interação com seus sindicalizados, bem como buscar a participação e o envolvimento destes com as questões que envolvem os objetivos desse determinado sindicato.

Pedro Demo (1993, p. 34) destaca que, entre os canais de participação possíveis por meio da organização da sociedade civil, está a importância da organização sindical, já que para ele o sindicalismo é vital para a realização do direito ao trabalho. Este é por ele considerado como a forma típica de contato e transformação da natureza através da qual se obtém a sobrevivência material. Sendo assim, a mola propulsora do trabalho, ou seja, o sindicalismo se torna um canal essencial de participação na sociedade democrática.

Muitos sindicatos adotam sites institucionais apenas com o intuito de se adequar a esta nova ambiência, sem se preocupar na forma como este novo dispositivo poderá possibilitar reconhecimento, interação e participação.

Ou seja, ao colocar um site institucional na Internet apenas para reproduzir outras formas de comunicação, como fotos, artigos, notícias iguais ao do jornal impresso pela instituição, histórico, estatuto, arquivos de dados, etc., não se está explorando a potencialidade desse meio para ampliar a participação e a mobilização dos sindicalizados. Assim, se faz necessário que esta ambiência possibilite a interação e a participação dos mesmos, por meio do uso das potencialidades possibilitadas por ela, como coloca Denis de Moraes:

As ferramentas da Web podem propiciar aos movimentos sociais uma intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. Outro fator positivo é a constituição de comunidades virtuais por afinidades eletivas. Formam-se, assim, coletivos em rede, por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania. Eles compartilham ações sociopolíticas, tendo em vista o fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação (MORAES, 2000, p.154).

O autor destaca ainda pelo menos dois quesitos que desafiam o pleno aproveitamento da Internet pelos movimentos progressistas, que consiste na necessidade de políticas competentes de comunicação eletrônica, capazes de ampliar o raio de difusão dos sites que ainda é restrito; e também a exigência de se ampliar substancialmente o número de usuários, o que pressupõe a superação de obstáculos econômico-financeiros e a simplificação dos procedimentos informáticos para se acessar a rede.

Tornar as páginas mais conhecidas dos internautas implica expandir redes, parcerias e intercâmbios; divulgar sistematicamente os sites junto a setores da sociedade civil, tanto pelos meios tradicionais, como por boletins e eventos eletrônicos; e promover chats, conferências e seminários voltados à discussão de estratégias comunicacionais para a Internet. Isto é decisivo para fazer sobressair as reivindicações no oceano virtual e, ao mesmo tempo, resgatar um mínimo de cultura de solidariedade social (MORAES, 2000, p.155).

Compartilhamos com Moraes (2000) desse mesmo pensamento, pois acreditamos que os sindicatos, além de estarem na Internet, precisam explorar as potencialidades desse meio, para revigorar a participação dos seus sindicalizados, contribuindo para a formação de uma consciência coletiva e reforçando o papel dessas instituições na busca pela valorização dos trabalhadores e por melhores condições de trabalho. Desse modo, para explorar esta nova ambiência se faz necessário utilizar dispositivos que possibilitem a interação de tipo mútua, em que os interagentes possam participar dos debates e discussões, interajam efetivamente e

Titulo:
Aprovada pauta de negociações com a EBSERH

Correções Fatinha

Trabalhadores do Hospital das Clínicas aprovam pauta de reivindicações para negociação com a EBSERH

A FASUBRA Sindical orientou a todas as entidades sindicais a ela filiada, e que tenham em suas bases Hospitais Universitários (HUs) geridos pela EBSERH, que realizassem assembleias específicas com o objetivo de construir uma pauta de reivindicações dos trabalhadores dos HUs, cedidos (RJU) e celetistas (CLT), para fins de protocolo junto a EBSERH.

O SINT-IFESgo ^{em} dando cumprimento a esta orientação, realizou no dia 11 de agosto de 2015, no Hall de entrada do HC, a Assembleia Geral dos Trabalhadores do hospital, quando foram aprovados os seguintes pontos como pauta de reivindicações: 1- Criação de instrumentos que supere as dificuldades que as Gestões vêm enfrentando pela falta de domínio das duas legislações, CLT e RJU; 2- Jornada semanal de ³⁰ [trinta horas] para todos os trabalhadores; 3- Critérios unificados entre trabalhadores cedidos e celetistas, para escala de plantões nos finais de semana, sobreaviso e escala de férias; 4- Pagamento de horas extras, adicional noturno e estabelecimento de banco de horas ou folgas para os trabalhadores cedidos, a exemplo do que ocorre com os trabalhadores celetistas; 5- Fornecimento de alimentação para trabalhadores cedidos e celetistas, submetidos à jornada de trabalho igual ou superior a doze horas; 6- Estabelecimento de normas que inibam o assédio moral e qualquer tipo de discriminação; 7- Elaboração dos mapas de risco físicos e/ou biológicos, com uso de equipamentos efetivos para medição e registro do grau de risco submetidos aos trabalhadores da empresa, cedidos e celetistas; 8 - Garantia de fornecimento de equipamentos de proteção individual e coletiva para todos os trabalhadores cedidos e celetistas; 9- Instalações de comissões de proteção ao trabalhador (CIPAS) e serviços de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH); 10- Implementação de ações necessárias à prevenção das ocorrências de lesões por esforços repetitivos e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (LER/DORT); 11- Normas de proteção para as trabalhadoras gestantes; 12- Fim do remanejamento dos trabalhadores, entre setores, sem justificativas.

Estas reivindicações se juntaram a outras oriundas de outros ^{HUs} [hospitais] ^{já foram} encaminhadas à EBSERH para negociação ^{com a} [entre] Fasubra [e] EBSERH.

Turnos contínuos na UFG, a luta continua!

A luta pela implantação dos turnos contínuos em Goiás vem de longa data. Em 2005, ainda no reitorado da Profª Milca, conseguimos a sua implantação no HC. Em 2006, já com o Profª. Edeward, foi estendida para a biblioteca, Hospital Veterinário e Setor de Vigilância. De lá pra cá, infelizmente, tanto o Profª Edward, quanto o Profª. Orlando se declararam contra a extensão dos turnos contínuos para outros setores da UFG. Inicialmente os argumentos para tal negativa era a contradição em solicitar o aumento do quadro de pessoal para a Instituição e ao mesmo tempo implantar os turnos contínuos, sendo, portanto, questionado pelo MEC. Este argumento caiu por terra quando, em negociação com a Fasubra, o próprio MEC afirma no Ofício Circular nº 18/2015 – GAB/SESu/MEC, datado de 29 de julho de 2015 enviado às IFES afirma que: “lembramos ainda que a jornada dos servidores Técnico-administrativos não influencia na matriz de dimensionamento de pessoal das Universidades Federais.”

Desta forma, fica evidente que a não implantação dos turnos contínuos em outros setores da UFG que atendam as exigências dos Decretos 1.590/1995 e 4.836/2003 trata-